

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – NEAD/PROGRAD
UNIVERSIDADE VIRTUAL DO BRASIL – UNIREDE
Curso de Especialização na Formação em Educação a Distância

Projeto Técnico de um Curso de Especialização em Direito Cooperativo na
modalidade de EAD na UFPR

Simone Aparecida Lisniowski

Curitiba

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE VIRTUAL DO BRASIL – UNIREDE
Curso de Especialização na Formação em Educação a Distância

**Projeto Técnico de um Curso de Especialização em Direito Cooperativo na
modalidade de EAD na UFPR**

Projeto Técnico apresentado por Simone Aparecida Lisniowski para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização “Formação em Educação a Distância” do convênio UniRede, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a MSc. Cristina Azra Barrenechea

Curitiba

2002

SUMÁRIO

1 . INTRODUÇÃO.....	04
2. JUSTIFICATIVA.....	05
3.OBJETIVOS.....	06
3.1 Geral.....	06
3.2 Específicos.....	06
4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL.....	07
4.1. A Formação de Cooperativas Populares.....	07
4.2. A Possibilidade da Educação a Distância.....	10
5. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	12
5.1 PRIMEIRA PARTE :História do Cooperativismo e A EAD na democratização do ensino	
5.1.1.A História do Cooperativismo.....	12
5.1.2.A Educação a Distância na democratização do ensino.....	16
5.2 SEGUNDA PARTE : A discussão de temas relevantes.....	19
6. METOLOGIA DA PROPOSTA DO CURSO.....	26
6.1. Objetivo Geral.....	26
6.2. Objetivos Específicos.....	26
6.3. Carga horária.....	26
6.4. Clientela Alvo.....	27
6.5. Número de Vagas.....	27
6.6. Seleção e Matrícula.....	27
6.7. Cronograma de entrega dos materiais à Coordenação do Curso.....	27
6.8. Sistema de Avaliação.....	27
6.8.1 Modalidades de Avaliação.....	28
6.8.2. A Função do Tutor na Avaliação da EAD.....	30
6.8.3. Comunicação entre professores e alunos.....	32
6.9. Legislação.....	34
6.10. Estratégias.....	35
6.11. Programação das Atividades.....	36
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1 . INTRODUÇÃO

Este estudo é o resultado de um trabalho realizado em duas atividades que ganham cada vez mais espaço na sociedade: a educação a distância e o cooperativismo. Apesar de serem aparentemente distintas ambas apresentam todos os elementos necessários ao atendimento da demanda da sociedade por educação e trabalho. E combinadas podem tornar-se uma ferramenta de democratização.

Neste projeto apresenta-se a proposta de um Curso de Direito Cooperativo na modalidade de EAD que surgiu da demanda de profissionais liberais e de órgãos públicos em estudos sobre cooperativismo afim de possibilitar o fortalecimento e a ampliação de cooperativas populares através de estudos, pesquisas e formação de redes de trocas.

A princípio o Curso será ofertado como um Projeto Piloto, sendo posteriormente ofertado também aos dirigentes de associações, grupos comunitários e cooperados que tenham o segundo grau, sendo esta segunda proposta diferenciada pois não tem caráter de pós-graduação Lato Sensu mas que desde o início é vista como possível atendimento das necessidades de aprimoramento dos envolvidos em cooperativas.

A educação a distância é uma modalidade de ensino que está ganhando espaço e credibilidade da sociedade, e se for encaminhada com seriedade pelos profissionais da educação, poderá mudar o cenário brasileiro no que diz respeito ao ensino formal.

As mudanças aceleradas no mercado de trabalho, tanto para o operário quanto para o empresário, exigem uma flexibilização dos indivíduos, resultando em uma precariedade nos empregos, uma mobilidade cada vez maior das profissões e uma necessidade de formação ao longo da vida. E são estas exigências implicam em uma nova visão sobre a organização do ensino, sobre as novas necessidades a serem atendidas, mostrando cada vez mais a necessidade de democratizar o ensino formal e informal.

Portanto, este estudo visa o aprofundamento de questões referentes à oferta do Curso de Direito Cooperativo abordando teoricamente os seguintes temas: educação a distância, cooperativismo, identidade, grupo, discurso, poder e ética.

2. JUSTIFICATIVA

Historicamente as cooperativas surgem em momentos de crise econômica e social, análises históricas verificaram que no Brasil as cooperativas surgiam nos momentos de maior desemprego no país. A cooperativa é uma proposta que surge na Revolução Industrial, momento de crise social, onde as transformações no processo de produção criaram duas classes opostas – empresários e operários, o primeiro que detém os modos e bens de produção e o outro vende sua força de trabalho em troca de salários. Neste contexto surge um industrial e reformador galês, Robert Owen é um dos idealizadores do socialismo utópico no século XIX com sua proposta de cooperativas. A partir destas primeiras iniciativas, vários grupos formaram cooperativas afim de superar a dicotomia imposta pelo capitalismo e propor uma forma de trabalho mais democrático e igualitário. Esta nova forma de organização econômica e social conta com o apoio de organizações interligadas em Rede que apoiam a formação de cooperativas.

O projeto conjunto de 13 universidades, que formaram uma “Rede de Cooperativas Populares” , trabalha para a construção metodológica na formação de cooperativas populares. Uma proposta que iniciou na UFPR em 1999 no Programa de Extensão Universitária: “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares” - ITCP desenvolvido na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC.

Um projeto de caráter multidisciplinar que tem como objetivo formar e inserir no mercado cooperativas populares, atendendo a demanda social de trabalho e renda. No ano de 2000 foram acompanhados cerca de 12 grupos, e a demanda tem crescido, neste ano cerca de 60 comunidades inscreveram-se para participar do programa. E esta demanda da sociedade cria outra demanda que é a formação de formadores de cooperativas e o desenvolvimento de pesquisas em cooperativismo. Com o desenvolvimento de temáticas da economia solidária e do cooperativismo, a partir das demandas e perspectivas sociais e teóricas semelhantes, propôs-se no ano passado a criação de uma linha de pesquisa denominada: “Direito Cooperativo e Cidadania” na Faculdade de Direito da UFPR. Mas para que o desenvolvimento das pesquisas faça sentido na formação de cooperativas é necessário que o conhecimento esteja ao acesso de outros grupos, não somente através de publicações mas desenvolvendo a “Formação de Formadores em Cooperativismo”.

As cooperativas são formas de organização coletiva para a conquista de equidade econômica, desmistificando o caráter natural do capitalismo e da luta individual, e é através da

inserção de seu discurso no cotidiano universitário que podemos contribuir para a transformação social cujos valores estejam centrados na ajuda mutua, na solidariedade, na democracia, na autonomia e na oportunidade de trabalho a todos. Sua discussão e divulgação torna-se ainda mais importante visto que é a prática coletiva que leva a sociedade a reconhecer no cooperativismo uma forma de organização viável.

A oferta a nível de pós- graduação, através de parcerias institucionais, do curso de “Especialização em Direito Cooperativo”, exigirá a participação interinstitucional de professores que integram a Rede Universitária de Incubadoras. A multidisciplinaridade e um projeto pedagógico que contemple um *curriculum* flexível com metodologias inovadoras, também se apresentam compatíveis com o objeto e a linha teórica propostos. Para que o estudo científico contemple a abrangência da atividade de cooperação popular deverá necessariamente ter participação de professores de diversas áreas do conhecimento.

A oferta do curso tem como meta o atendimento das necessidades dos grupos que se encontram nas situações mais precárias, mas que envolvem-se nas cooperativas com a esperança de encontrar trabalho. Estes grupos necessitam de apoio, de educação formal e complementar, política e técnica, necessitam estruturar uma luta por igualdade de oportunidades.

3.OBJETIVOS

3.1 GERAL Possibilitar a formação de profissionais de acordo com os princípios do cooperativismo, de forma que todos possam se voltar para as questões que referem-se às cooperativas populares.

3.2 ESPECÍFICOS Promover o intercâmbio entre as Universidades que integram a Rede de Incubadoras e outras que estejam interessadas em desenvolver projetos com cooperativas.

Possibilitar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento.

Aprofundar teoricamente os temas apresentados neste estudo com todos os envolvidos no projeto: alunos, professores, tutores, técnicos, etc.

Criar canais de comunicação entre diferentes grupos para que a Rede que atua se fortaleça e expanda-se.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL

4.1. A FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS POPULARES

A proposta da modernidade não se concretizou, ainda tem-se muito a fazer para que os direitos humanos sejam de fato vividos no cotidiano. Segundo Bourdieu (1998, p.19) “No momento em que as grandes utopias do século XIX revelaram toda sua perversão, é urgente criar as condições para um trabalho coletivo de reconstrução de um universo de ideais realistas, capazes de mobilizar as vontades, sem mistificar as consciências”.

Mas as mudanças atuais no mundo do trabalho não tem beneficiado a população, ao contrário, com a globalização novas formas de exclusão tem sido “inventadas”: a ultima no Brasil é a lei que modifica os beneficios dos trabalhadores, a legalização da exploração do trabalho do cidadão brasileiro. No Brasil, toda vez que se vive uma grande crise econômica, inicia-se um movimento de grupos para formação de cooperativas pois, sendo uma alternativa de trabalho, torna-se uma necessidade, uma esperança, um ‘ideal realista’ que une princípios coletivos com melhoria da qualidade dos indivíduos.

Com a demanda cada vez maior por este tipo de organização, alguns grupos iniciaram um trabalho de formação destas cooperativas, e um deles foi a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFPR, que atende diversas comunidades com um curso de cooperativismo e procura encontrar saídas para as dificuldades destes novos grupos de trabalho. Esta está sendo uma nova forma de enfrentamento da pobreza já que as políticas publicas e a sociedade civil tem feito muito pouco para diminuir a desigualdade social. O que podemos esperar desta forma de organização autogestionária?, Qual é o entendimento que se tem das cooperativas na formulação de suas leis e da regulamentação de suas ações?, existe por parte do governo algum tratamento diferenciado para que estes empreendimentos tenham sucesso? Pensando nisto que várias iniciativas voltaram-se para profissionais de diversas áreas, afim de que o aprofundamento das questões que envolvem a formação de cooperativas possam ser úteis para o futuro destas cooperativas e de outras que se constituirão legitimamente. Os direitos reservados a estas organizações sofreram modificações e tratamento dado foi o mesmo dado a outras formas de organizações empresariais, chegando muitas vezes a terem menos direitos e apoio governamental, isto de deve ao surgimento de falsas cooperativas, que tinham como intenção pagar menos impostos. Atualmente as cooperativas pagam o mesmo preço para se

constituírem, dificultando sua constituição por grupos populares que não possuem capital de giro inicial.

A história do cooperativismo é marcada por um lado por momentos de desenvolvimento e apoio das políticas públicas e por outro com diversas tentativas de igualar as condições das cooperativas com outros empreendimentos comerciais, dificultando tanto o aparecimento de falsas cooperativas quanto impossibilitando a formação de cooperativas populares legítimas.

Mas várias experiências tem ocorrido no Brasil, cooperativas que mantêm seus princípios, são estas experiências que são trocadas em congressos, encontros, eventos, entre profissionais da mesma área ou que trabalham juntos, entre associações e cooperados. Experiências que devem estar ligadas em rede para que se multipliquem. E entre as diversas redes que já se formaram, este curso é uma proposta de rede para que diversos profissionais possam contribuir, discutir, teorizar, pesquisar, compartilhar, suas experiências com cooperativas e organizações de autogestão, pois necessitamos de um avanço no que se refere às leis das cooperativas brasileiras e seu tratamento nas políticas públicas.

Nessa perspectiva é que a UFPR se qualifica como Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP, programa conduzido pela Coordenadoria de Apoio à Cidadania, que tomando conhecimento da experiência implantada pela COPPE – UFRJ, usa como referência este programa adequando-o à realidade do Estado do Paraná. Os procedimentos utilizados pela ITCP – UFPR tem influenciado nos processos de organização do trabalho e o estreitamento das relações sociais e políticas estabelecidas pela comunidade que participa do processo de incubagem. Este processo divide-se em quatro momentos: pré-diagnóstico, curso básico, implantação da cooperativa e assessorias. Esta subdivisão não é estabelecida fixamente, vale somente como parâmetro. “O objetivo mais importante é criar os elos entre os processos organizativos e a viabilidade técnica e econômica, na base comunitária, definindo os objetivos e a viabilidade da construção de cooperativas e de ações voltadas para os possíveis mercados” (Curso de formação da Equipe, p. 17, 2001).

Em 1999, no texto “A Universidade Federal do Paraná como Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares” produzido pela equipe técnica e docente da Incubadora, estabeleceu-se como objetivos gerais da ITCP:

- Inserir socialmente as pessoas que se utilizam do cooperativismo como instrumento político, econômico e cultural, buscando viabilizar saída coletiva em um sistema que lhes desfavorece.

- Estabelecer intercâmbio com outras universidades nacionais e internacionais, integrando-se à Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas e à Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos.

Atualmente o grupo vem atuando de forma precária visto que o financiamento da SERT e do FAT estão priorizando outros projetos.

A Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares nasceu a partir de uma proposta de Economia Solidária para formação de cooperativas populares. Em 29 de abril de 1999 entrou em vigor o regimento interno da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, onde estiveram presentes as Universidades: UNEB, UFC, UFJF, UFPR, UFRJ, USP, UFA; a fim de favorecerem a troca de conhecimentos e tecnologias além de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares.

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares atualmente conta com 13 universidades brasileiras que somam seus esforços para que os objetivos do cooperativismo se concretizem como modelo econômico socialmente justo.

Em 1997, durante a reunião da Aliança Cooperativa Internacional das Américas, funda-se a Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo que até 2001 congrega 21 universidades de 14 países, “que vêm atuando no desenvolvimento de saberes, de pesquisa e de atividades de extensão, capacitando as populações locais, através de suas cooperativas, para cooperar com eficácia econômica, social e ambiental” (extraído da apresentação do IV Seminário Internacional da Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo, ocorrido no período de 26 a 29 de setembro de 2001 em Curitiba)

Durante este percurso de três anos, a Universidade Federal do Paraná contou com a contribuição das Universidades integrantes da rede de Incubadoras e com a experiência fornecida pelos grupos de formadores de Cooperativas. Gerando uma demanda de criação de espaços e instancias universitárias de aprofundamento teórico desse conjunto de temas, inserindo desta forma a Faculdade de Direito no Programa, num primeiro momento através do Núcleo de Direito Cooperativo, que proporcionou vários eventos na área jurídica e a produção de textos teóricos destinados à publicação do Livro: Os caminhos do Cooperativismo, organizado por José Antônio Peres Gediél e publicado pela UFPR em 2001.

“A participação de Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, nesse processo, começa delinear com demandas específicas de projetos de trabalhos de Mestrado e Doutorado, que pretendem explorar a temática do cooperativismo, da economia solidária, da autogestão,

dos direitos humanos, e do balanço social, em sua relação com a cidadania, a partir dos contornos constitucionais e jurídicos presentes em nosso país.

Por sua excelência, pela pluralidade de suas orientações teóricas e pela abertura e abrangência de suas linhas de pesquisa, o Programa de pós-graduação em Direito foi apontado pelos participantes da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e por outros setores da UFPR como aquele que reúne condições de levar a cabo, com êxito, em nível de pós-graduação, a tarefa de aprofundamento, de estudos e pesquisas, a respeito do cooperativismo e da cidadania.

Essa proposta, por sua vez, requer a criação de concentração em Direito Cooperativo e Cidadania, cujo núcleo deve estar voltado à cooperação, sua expressão jurídica, e aos modelos de economia social ou solidária, exercitados no espaço político do Estado Democrático de Direito.” (Declaração do Coordenador da pós-graduação em Direito Cooperativo - Prof. Dr. José Antônio Peres Gediel).

Para que os conhecimentos possam ser compartilhados e desenvolvidos coletivamente as Incubadoras reúnem-se em encontros e congressos para trocar e contribuir com outros grupos o conhecimento adquirido.

4.2. A POSSIBILIDADE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Segundo Raj (2001) “ a Educação a Distância será uma resposta para esta demanda, pois ao formar pessoas críticas e qualificadas possibilita o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que reforça os desenvolvidos. Ela se constitui numa possibilidade de encurtamento de distâncias entre as nações”.

A educação a distância é um eficiente mecanismo de democratização do ensino que preocupa-se com as necessidades sociais presentes na realidade, podendo ser uma estratégia afim de atender a uma destas necessidades que é a democratização das oportunidades educativas para toda a população brasileira. Numa tentativa de reduzir o caráter excludente, especialmente do ensino superior, pensou-se numa modalidade de educação que pudesse romper com 2 condicionantes básicos do ensino convencional: o espaço e o tempo. Esta modalidade é apresentada por Bordanave:

“... a organização de ensino-aprendizagem na qual alunos de diversas idades e antecedentes estudam, quer em grupos, quer individualmente em seus lares, locais de trabalho ou outros lugares, com materiais auto-instrutivos distribuídos por meios de comunicação.

garantida a possibilidade de comunicação com docentes, orientadores/tutores ou monitores”. (In CF Tecnologia Educacional, n.º 70, 1986)

A Educação a Distância (EAD), é ainda, segundo o decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 que regulamenta o Art. 80 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, *“uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação”*.

A modalidade a distância requer uma redefinição de acordo com o contexto social, político e econômico. Hoje as discussões acerca da democratização do ensino levam em conta o processo de globalização que enfatizou as desigualdades. Esta nova modalidade depende de um desenvolvimento teórico nos diversos campos, e que também coloca interrogações pedagógicas referentes às praticas educacionais, modificando o papel do professor nas sucessivas redefinições da modalidade. A proposta entende *“o professor como profissional da educação que deve conhecer e reconhecer o espaço escolar em sua totalidade, complexidade e diversidade, seu trabalho é um dos elementos importantes e constituinte do Projeto Político Pedagógico Escolar e que, é determinado/determinante pelos novos paradigmas políticos, econômicos, culturais, tecnológicos, ideológicos e multiculturais”*. (Sá, Ricardo Antunes, extraído da proposta do Curso de Pedagogia Séries Iniciais do Ensino Fundamental na Modalidade EAD da UFPR).

“A Educação a Distância provou e continua provando que pode transformar a realidade e assegurar o desenvolvimento social, ao combater a marginalização, a exclusão e desenvolver a cidadania.”(Raj, 2001)

“Quando a necessidade é grande, as soluções aparecem, mesmo sem recursos” (Adriana Wilner, Uma maneira de multiplicar idéias, p. 59, Carta Capital, novembro de 2001, ano VIII, n. 165). Mas é preciso não ignorar as necessidades, e muitas vezes é preciso cria-las.

A EAD configura-se como uma modalidade de educação. Segundo Martins & Antunes de Sá (2001:08) *“a construção de um processo civilizatório que promova a humanidade, garantindo a democracia e o acesso aos bens materiais e culturais constituídos pelo conjunto da população, irá depender muito de nossa opção filosófico-política de Educação (e de Educação a Distância)”* .

5. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A revisão teórica deste trabalho compreende duas partes, a primeira busca apresentar uma discussão a respeito do cooperativismo e da educação a distância, e a segunda parte amplia a discussão teórica que abrange três temas: a identidade, o discurso, o poder e a ética.

5.1 PRIMEIRA PARTE :História do Cooperativismo e A Educação a Distância na democratização do ensino.

5.1.1.A História do Cooperativismo

Hoje vivemos o paradoxo de uma sociedade que tem todo aparato tecnológico para fazer cumprir as promessas de felicidade da modernidade, mas nunca estivemos tão longe de fazê-las cumprir. O que se coloca em causa é a própria reinvenção da emancipação social. A globalização “tem redefinido os contextos, os objetivos, os meios e as subjetividades das lutas sociais e políticas” (Santos, 2002:14) .

A gestão democrática muitas vezes suscita instabilidades, mas apesar disto é possível promover a democratização. Quais podem ser os critérios que determinam em que grau as iniciativas constituem alternativas econômicas emancipatórias?

O capitalismo tem 3 traços negativos sempre citados:

1. produz sistematicamente desigualdades de recursos e de poder. “A separação entre capital e trabalho e a apropriação privada dos bens públicos agem como motores que produzem rendimentos desiguais e relações sociais marcadas pela subordinação do trabalho ao capital” (Santos, 2002:27)

2. as relações de mercado estão baseadas na concorrência e não na solidariedade, esta alienação nas relações de mercado faz com que o trabalhador dependa do assalariamento para sobreviver.

3. a exploração do meio ambiente, incentivada pela concorrência, coloca em risco o meio ambiente.

Devido a estes fatores, surgem diversas atividades alternativas dentro do capitalismo. As cooperativas são uma destas alternativas que “não apontam apenas para a remuneração igualitária dos trabalhadores-donos das empresas cooperativas, mas também para criação de formas de sociabilidade solidárias baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões sobre as empresas” (Santos, 2002:29). Portanto estas iniciativas promovem a igualdade, a solidariedade e o respeito à natureza.

Não sabemos até que ponto estas tentativas de superação do capitalismo terão sucesso mas elas geram dois efeitos emancipatórios: o primeiro é que melhoram as condições de vidas dos trabalhadores; o segundo é que possibilita diferentes formas não-capitalistas.

A idéia de um sistema cooperativo é tão antiga quanto a idéia capitalista de mercado. Em 1826 surgiram as primeiras cooperativas como forma de reagir à crescente exploração dos trabalhadores camponeses que os colocavam na miséria ao trabalharem nas indústrias. O modelo do cooperativismo contemporâneo surgiu na Inglaterra, em Rochdale, liderado pelo pensamento de Robert Owen (vários outros desenvolveram esta idéia: Harold Laski, R. Tawney e G. Cole), em 1844, eles procuravam comprar mercadorias baratas para os associados. Por volta de 1883 foram fundadas as primeiras cooperativas na França onde os trabalhadores resolveram trabalhar em suas próprias fábricas, inspiradas por Charles Fourier e Pierre Proudhon.

A teoria social do cooperativismo está baseada em princípios não-capitalistas de cooperação e mutabilidade, dando preferência ao papel da sociedade civil e não ao Estado como organização política (Hirst, 1994:15). “Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade” (Birchall, 1997:65 IN Santos, 2002:33).

Apesar de terem crescimento muito, nem o pensamento associativista e nem a prática cooperativista chegaram a ser predominantes em nenhum momento histórico, eles não conseguiram se converter em uma alternativa importante nas economias nacionais e internacionais. Segundo autores como Webb e Webb (1897) as cooperativas “são intrinsecamente instáveis, por estarem presas a um dilema estrutural [... e portanto,] correm o risco de fracassar porque a sua estrutura democrática as torna mais lenta nas tomadas de decisões do que as empresas capitalistas e porque o princípio ‘um membro, um voto’ as impede de alcançar o nível de capitalização necessários para se expandir, porque os investidores – sejam eles membros ou pessoas externas à cooperativa – desejam Ter uma intervenção nas decisões que seja proporcional à sua contribuição”, assim como a sua expansão exige investimentos que dependem de investidores externos à cooperativa que desvirtuam o espírito cooperativista (Birchall, 1997; Ferguson, 1991 IN Santos, 2002:35).

Mas as comunidades de trabalhadores organizam-se e buscam alternativas de trabalho, e a maioria dos autores defende que o cooperativismo é uma forma idônea de canalizar estas iniciativas populares, chamadas na América Latina de Economia Solidária. As cooperativas de trabalhadores prometem alternativas de produção emancipatórias porque, “ainda que as

cooperativas esteja baseadas em valores e princípios não capitalistas – isto é, contrários à separação entre capital e trabalho, à subordinação deste àquele – , sempre forma concebidas, e operaram, como unidades produtivas capazes de competir no mercado” (Santos, 2002:35-36).

Marx acreditava que as cooperativas eram importantes instrumentos de emancipação social, mas deveriam atuar junto aos movimento trabalhistas: “Nós reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da presente sociedade baseada no antagonismo das classes. O seu grande mérito é mostrar, em termos práticos, que o presente sistema de subordinação do trabalho ao capital, que é despótico e aumenta a pobreza, pode ser suplantado pelo sistema republicano e beneficente da associação de produtores livres e iguais”. (Marx e Engels, 1976:81 IN Santos, 2002:374)

As pessoas conseguem perceber, através da cooperativa, que são capazes de ter efetivo controle dos mecanismos econômicos, ele tem liberdade de expressão e de decidir o destino de sua cooperativa.

Boaventura de Souza Santos defende que o fim último da cooperativa é o bem-estar da humanidade.

Na Índia uma cooperativa de coletores de lixo “organiza programas de formação para os seus membros, incidindo em vários aspectos da gestão alimentar, incluindo a nutrição, realizando também programas sobre educação cooperativa e alfabetização” (Santos, 2002:379).

Este é o papel que defendemos às cooperativas, de democratização, de apoio ao desenvolvimento da participação coletiva na resolução de problemas sociais. Portanto precisamos criar as estruturas necessárias ao desenvolvimento dos projetos que germinam em todo território nacional.

Com o surgimento da idéia de criação do Projeto Técnico para um Curso de Especialização em Direito Cooperativo na UFPR, projetou-se a possibilidade de contribuição de cada iniciativa na democratização do ensino. Por um lado a Incubadora Tecnológica iniciou seus trabalhos com intuito de formar cooperativas populares visando a construção de uma rede envolvida com a prática da economia solidária, por outro lado, a Educação a Distância amplia a atuação da Universidade interiorizando-se, não somente no Paraná, mas em outros Estados, democratizando o ensino a fim de reconstruir nossa visão de mundo diante do contexto histórico atual. A integração destes dois projetos, que compartilham princípios e objetivos semelhantes, é um dos caminhos de incentivo na construção do conhecimento na modalidade da EAD, sendo este é um conhecimento a favor do bem-comum com intuito de contribuir na efetivação dos direitos à igualdade e a solidariedade.

O processo de formação de cooperativas não se dá somente na comunidade, mas na “Formação de Formadores”, em congressos, encontros e reuniões da Rede de Incubadoras. A formação de cooperativas é um processo amplo de mudanças na organização do trabalho, envolvendo o conhecimento das diversas áreas como direito, economia, psicologia, pedagogia, administração, arquitetura e muitos outros que assessoram as cooperativas em assuntos específicos.

A função da Universidade é transmitir seus conhecimentos a um número cada vez maior de pessoas a fim de que possa contribuir para a democratização. Pensando nisso a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares esteve projetando um Curso a ser ofertado juntamente com a SERT para a “Formação de Formadores”, o objetivo é que além de atender as cooperativas, poderá concentrar seu trabalho nas assessorias das cooperativas e na supervisão dos formadores que iniciarão seus projetos próprios, formando assim uma rede mais ampla para trocas entre Universidades, Cooperativas ONGs, CUT, Associações, e outros grupos interessados. Estes profissionais terão um conhecimento adquirido a partir das experiências vivenciadas pela Rede Nacional da Cooperativas e a Rede das Américas, sendo ofertadas também módulos opcionais referentes às áreas específicas de cada cooperativa, avaliando a demanda e o público a ser beneficiado. O objetivo é formar profissionais dispostos a defender os princípios cooperativistas dentro e fora das cooperativas ou associações, a abordagem é a mesma adotada pelas Incubadoras da Rede: trabalho coletivo.

Mas para que se possa garantir este aprendizado discutiremos com o grupo os princípios norteadores. Para iniciar esta discussão, coloco aqui algumas idéias e conceitos de autores que respeitam os princípios cooperativistas, procurando delinear as condições básicas de aprendizagem em grupo como a interdependência positiva e a responsabilidade individual.

Segundo Kruppa (ITCP-USP, 2000) o conhecimento pode ser entendido como um “processo construído socialmente, como produto do conflito, concordância e consentimento de indivíduos que vivem determinados tipos de relações sociais em determinados momentos históricos. Como essas relações em nossa sociedade envolvem opressão e dominação, a concordância e o consentimento se obtém em meio a lutas, resistências e tentativas de imposição de certos significados, o que torna o conhecimento indissoluvelmente ligado às questões de poder; - parte de um mundo em que há a construção de símbolos, dependentes da cultura, espaço da história da biografia”.

Sabemos que a Universidade é espaço de contestação social e portanto possibilita questionar as práticas dominantes de exploração, e a proposta propõem-se a criar espaços de

transformação da realidade através da prática cooperativa. Porém o processo não se efetiva através de intervenções isoladas de diversas áreas do conhecimento e sim através de uma análise multidisciplinar, que possibilitará integrar os diversos conhecimentos na prática de formação de cooperativas. Os conhecimentos transmitidos não são apenas informativos, em todo processo de formação existe um currículo oculto que adota valores e normas de condutas, e nas Incubadoras Tecnológicas o objetivo é defender a cooperação, a convivência democrática, a solidariedade, a igualdade e a justiça como valores, assim como a reflexão das práticas nas comunidades incubadas.

Segundo a análise de Giddens presenciamos (In Suely, 2000:13) “a necessidade de admitirmos o triunfo do capitalismo e revermos as práticas que se oponham à devastação neoliberal, com concepções novas e criativas, alternativas sociais educacionais que restabeleçam o primado do homem e dos valores sociais relativos à sua emancipação e busca de reordenação social [...] A prática da qual falamos compreende por sólida a educação que respeita a totalidade do ser humano, sua emancipação, permitindo formação básica consistente, democrática e autônoma quanto à apropriação de conceitos.”

5.1.2.A Educação a Distância na democratização do ensino.

A educação a distância é um eficiente mecanismo de democratização do ensino que preocupa-se com as necessidades sociais presentes na realidade e podendo ser uma estratégia afim de atender a uma destas necessidades que é a falta de universidade para todos, a democratização das oportunidades educativas para toda a população brasileira. Numa tentativa de reduzir o caráter excludente, especialmente do ensino superior, pensou-se numa modalidade de educação que pudesse romper com 2 condicionantes básicos do ensino convencional: o espaço e o tempo. Esta modalidade é apresentada por Bordanave:

“... a organização de ensino-aprendizagem na qual alunos de diversas idades e antecedentes estudam, quer em grupos, quer individualmente em seus lares, locais de trabalho ou outros lugares, com materiais auto-instrutivos distribuídos por meios de comunicação, garantida a possibilidade de comunicação com docentes, orientadores/tutores ou monitores”.
(In CF Tecnologia Educacional, n.º 70, 1986)

A Educação a Distância (EAD), é ainda, segundo o decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 que regulamenta o Art. 80 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, “*uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação*”.

A modalidade a distância requer uma redefinição de acordo com o contexto social, político e econômico. Hoje as discussões acerca da democratização do ensino levam em conta o processo de globalização que enfatizou as desigualdades. Esta nova modalidade depende de um desenvolvimento teórico nos diversos campos, e que também coloca interrogações pedagógicas referentes a praticas educacionais, modificando o papel do professor nas sucessivas redefinições da modalidade. A proposta entende “*o professor como profissional da educação que deve conhecer e reconhecer o espaço escolar em sua totalidade, complexidade e diversidade, seu trabalho é um dos elementos importantes e constituinte do Projeto Político Pedagógico Escolar e que, é determinado/determinante pelos novos paradigmas políticos, econômicos, culturais, tecnológicos, ideológicos e multiculturais*”. (extraído da proposta do Curso de Pedagogia Séries Iniciais do Ensino Fundamental na Modalidade EAD da UFPR).

Segundo Antunes (2000:14) “a Educação a Distância deve ser entendida como processo de formação humana que se organiza e desenvolve metodologicamente diferente do modelo presencial, no que concerne ao tempo e ao espaço. É, pois, uma modalidade de educação que imprime a necessária constituição de um Projeto Pedagógico sustentado por um dado quadro teórico-metodológico que irá nortear epistemologicamente todos os elementos constituintes e dinamizadores da prática pedagógica.

Na modalidade de EAD a responsabilidade sobre o progresso que se faz no aprendizado recai mais sobre o aluno, que precisa saber distribuir seu tempo de estudo sobre os diversos módulos e estar consciente do seu papel no processo de aprendizado. A EAD torna o aluno um sujeito da aprendizagem e um agente do seu processo de estudo, para tal o aluno precisa desenvolver habilidades e competências para um esforço concentrado e contínuo que a EAD requer. Por isso é importante conscientizar o aluno sobre sua tarefa de aprendizagem e desenvolver nele habilidades e competências para o estudo a distância sedimentando-as nos hábitos, rotinas e técnicas de estudo. Nesse sentido uma situação de aprendizagem deve preparar e instrumentalizar nosso aluno para uma aprendizagem bem sucedida a distância. As técnicas de leitura, de compreensão de textos, habilidades de gerenciamento de tempo, memorização, de automonitoração de seu progresso, de automotivação são requerimentos que criam as condições para o estudo bem sucedido nessa modalidade.

Algumas situações que propiciam a aprendizagem variam muito com os hábitos e estilos de estudo que o aluno tem desenvolvido ao longo do tempo. O estudo sozinho é uma situação de aprendizagem que facilita a maior concentração e aprofundamento, mas que para alguns indivíduos não se torna produtiva por sua natureza valorizar mais o estudo colaborativo, e o

compartilhar das aquisições com grupos de colegas. A abordagem de estudo em grupo facilita o lado da motivação e da constância no estudo, pois uns motivam e espelham o progresso dos outros. O estudo através das mídias também oferece situações de aprendizagem bastante potentes por serem cognitivamente mais agradáveis e engajantes. O estudo com o apoio dos tutores pode ser fundamental para determinados alunos e nem ser importante para outros assim como a biblioteca também pode oferecer uma situação de aprendizagem se o aluno gostar de utiliza-la como um ambiente de consulta e estudo.

“A Educação a Distância (...) não deve ser simplesmente confundida com o instrumental, com tecnologias a que se recorre. Deve ser compreendida como uma prática educativa situada e mediatizada, uma modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento. É, portanto, uma alternativa pedagógica que se coloca hoje ao educador que tem uma prática fundamentada em uma racionalidade ética, solidária e compromissada com as mudanças sociais” (PRETTI, 1996, p.27).

A Educação a Distância também conta com suas particularidades, didaticamente Aretio (1996) recomenda que o envolvimento do aluno depende de motivação para iniciar a nova aprendizagem, especificação dos objetivos por parte do curso e dos módulos, significação e funcionalidade dos conteúdos, participação nas atividades em grupo, autonomia do aluno para organizar seu estudo, respeito ao seu ritmo e estilo, avaliação processual.

Visto que as cooperativas tem suas peculiaridades e a educação a distância também, faz-se necessário que os professores especialistas em cooperativismo especializem-se em Educação a Distância para compreender suas diferenças pedagógicas e metodológicas, principalmente o que concerne à produção de material didático; assim como os tutores que atuarão no acompanhamento dos alunos deverão capacitar-se para compreender a prática da EAD, suas facilidades e dificuldades.

Cada professor deverá ser capaz de conhecer as vantagens e desvantagens da EAD, aprendendo a explorar as possibilidades do novo sistema, aprendendo a desenvolver os próprios sistemas de apoio e recursos, sabendo como utilizar cada meio (Texto impresso, Internet, Web, etc.) e cada linguagem (escrita, visual, áudio, etc.).

Mas o professor também deve ser capaz de esclarecer as políticas que envolvem estas mídias afim de ampliar a discussão acerca das tecnologias utilizadas por seus alunos.

Segundo Suely (2000:28) “possibilitar construir e apropriar-se do conhecimento à classe que sofre o poder das mídias, significa permitir a compreensão dos mecanismos de dominação, fator relevante para a cidadania.” Portanto, os profissionais que trabalham com

EAD devem ter consciência do seu papel social e o papel das novas tecnologias tanto como aquelas que enfatizam a desigualdade e a alienação como um instrumento de democratização, luta por igualdade e conscientização.

5.2 SEGUNDA PARTE : A discussão de temas relevantes para o desenvolvimento do cooperativismo e da EAD

Nesta segunda parte da revisão teórica aprofundar-se-á os seguintes temas: a identidade, o discurso, o poder e a ética.

No primeiro momento foram escolhidos autores que tratavam os temas abordados dentro de uma visão psicanalítica e sociológica. O início desta abordagem deve-se ao fato de instrumentalizar a discussão em relação ao discurso de poder nos grupos e à construção de identidade nas relações sociais.

A identidade é indispensável, assim como a ambigüidade, na construção e reconhecimento de subjetividades pessoais e solidárias que demandam por cidadanias participantes, mantendo uma tensão produtiva entre a identidade individual e coletiva. Esta, por um lado tende a uma cristalização e a um dogmatismo e por outro a uma capacidade de abrigar numa coletividade uma diversidade de identidades que reivindicam um lugar. (Connolly In Burity, 2000, p.06).

O conceito de identidade psicológica pode ser definido como a consciência formada a partir de nossas vivências, de como sentimos e compreendemos o mundo e nosso interior, e da maneira própria de cada um ser. Integrando a este análise da identidade individual, alia-se a investigação acerca da identidade no contexto do grupo, pois, mais do que um conjunto de individualidades, um grupo se destaca por possuir uma identidade coletiva. A identidade coletiva, por sua vez, pressupõem o conceito de consciência política, o qual enfoca a cidadania, sua relação com o poder e as leis sociais, a consciência como agente social e moral onde a pessoa é dotada de responsabilidade e de liberdade de escolha na relação com sua cultura. (Chauí, 1998)

Segundo a visão psicanalítica, a partir de autores como Freud, Osório e Bion, o grupo é caracterizado como um conjunto de indivíduos isolados que interagem para a execução de uma tarefa e formam assim uma complexa rede de relações. A partir destas relações, tais indivíduos podem tanto trabalhar com um objetivo em comum como competir e formar pequenas facções para disputar o poder dentro do grupo. Para GRINBERG (1973,p.24) “ a mentalidade grupal está formada pela opinião, vontade ou desejo unânimes do grupo em um dado momento. Os

indivíduos contribuem para ela anônima ou inconscientemente. A mentalidade grupal pode estar produzindo-lhes desconforto, mal-estar e outras reações. Em um momento a organização de um grupo pode ser vista como o interjogo entre a mentalidade grupal e os desejos dos indivíduos, e esta é a cultura do grupo.”

Um novo paradigma organizacional é discutido no trabalho de Habermas, revertendo a fixidez das relações de poder do discurso autoritário para a troca de dupla mão, dialógica e humanizante do agir comunicativo. De acordo com o conceito do agir comunicativo e da interação social em HABERMAS (Fernandes, 1993) , o conceito de identidade grupal pressupõem entre os participantes "um discurso irrestrito, a vontade de cada um de se colocar na posição de outro, a disciplina de engajar-se numa justificativa racional das asserções, e a vontade de afastar o auto-interesse de modo que o melhor argumento vença" (Bronner, 1997, p.369).

A partir do exame das relações e dos elementos que dificultam ou facilitam o desenvolvimento de cooperativas, percebeu-se que, em grupos “populares” o discurso individual, que é expressão de sua identidade, termina por reproduzir dentro do grupo o discurso do oprimido, construindo neste uma identidade coletiva marcada por uma percepção vitimizadora e conformada frente a realidade.

Se compreendermos o fato de que é na linguagem que as relações são formadas, podemos inferir que é através do discurso de seus participantes que o grupo constrói sua identidade. É portanto na análise deste discurso, o qual revela a construção da identidade, que pode-se interpretar a consciência política e pessoal de cada um no grupo e, a partir da interação participativa, reconstruir uma nova identidade.

A linguagem, de acordo com RATNER (1995) é essencial para as funções mentais, ela estrutura a forma e o conteúdo da consciência, dá significado às coisas, organiza as propriedades naturais das coisas e torna possível a existência do mecanismo pelo qual cada situação ou objeto é criado. Nela existem certas escolhas de interpretação pela sociedade, negociam-se consensos no grupo que, quanto mais conscientes estiverem, menor será o perigo de reproduzir relações perversas de poder.

Ao explicar que a teoria é uma prática não totalizadora, FOUCAULT (1999, p. 71) fala de sua função na "luta contra o poder, para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso". O autor pergunta se "esta dificuldade - nosso embaraço em encontrar as formas de luta adequadas - não virá de que ainda ignoramos o que é o poder? (...) Marx e Freud talvez não sejam suficientes para nos ajudar a conhecer esta coisa tão enigmática, ao mesmo tempo

visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte (...) mas falar a este respeito é uma inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder".(Foucault 1999, pg. 76).

Na análise do discurso, Foucault coloca o perigo da interdição institucional que, dando um lugar especial ao discurso, ritualizando-o, se coloca na função de atribuir poder ao discurso, ao invés de reconhecer o valor de todo discurso como a fala de um sujeito, já que 'tudo' não é dito ou interpretado. No discurso dos grupos, as idéias (valores, crenças, verdades) são ditas no decorrer do processo, através de uma relação estabelecida entre o grupo e a equipe, sintetizadas e transmitidas muitas vezes por um interlocutor do grupo. O autor levanta ainda o perigo da exclusão, entre o verdadeiro discurso e o falso.

Além de Foucault, Habermas também será focado para a análise do poder, uma vez que este autor trata a interação entre sujeitos, ao invés da interação entre sujeito e objeto, e analisa o agir comunicativo como alternativa contra o abuso do poder da verdade de uns contra outros.

Para Habermas, "o poder (comunicativamente produzido) das convicções comuns origina-se no fato de que os participantes orientam-se para o entendimento recíproco e não para o seu próprio sucesso", ou seja, que o poder é legítimo quando resulta de um consenso (Habermas In Fernandes, 1993, p.103).

Ao analisar o poder do discurso, Foucault (1999, p.7) fala que o importante é "ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos". Para Foucault "a verdade não existe fora do poder ou sem o poder (...) A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder."

O discurso do oprimido também é um discurso de poder, um discurso de quem está à margem de ser ouvido, excluído socialmente e em busca de uma alternativa de inserção.

RIGOTTO (1994), conceitua o trabalho na visão marxista como "a ação dos homens sobre a natureza, transformando-a intencionalmente; neste processo, os homens se relacionam uns com os outros e também transformam a si mesmos, imprimindo seus rostos na natureza e se fazendo". Segundo Lane (1991) trabalho é um dos lugares sociais possibilitadores e estruturadores de identidade; é a própria expressão da pessoa humana, assim como é a expressão da sociedade humana no que tem de mais social.

Marx defende que o proletariado "tomando gradualmente consciência de sua existência no 'mundo invertido' da 'forma mercantil' em que o capital é o 'sujeito' do processo de produção

e o trabalhador é apenas um 'objeto' para seu uso, acabaria enfrentando essa realidade como um 'sujeito' autoconsciente e internacionalista, disposto a subordinar o capital - como 'objeto' de produção - ao controle democrático da sociedade toda (...) A teoria crítica, em suas várias manifestações, deu a primazia ao papel do sujeito e da 'consciência' para poder ressuscitar o sentimento de propósito emancipatório que o método 'dialético' pressupunha" (Bronner, 1997, p.321).

A filosofia comunista tinha como princípio: "De cada um, segundo sua capacidade, a cada um, segundo suas necessidades" (Aranha, 1986, pg.278)

Uma vez que os conceitos serão tratados, num primeiro momento, com uma visão delimitada, este segundo momento tratará de explorar suas limitações, pois toda construção pode passar a ter valor de verdade e cristalizar-se se não há ambigüidade e consciência de seus paradoxos. Portanto, não podemos nos limitar a uma crítica das relações de poder sem explorar autores que questionam os paradigmas nos quais os primeiros estão apoiados.

A princípio Nietzsche e Derrida foram os autores escolhidos, Nietzsche principalmente pela sua crítica ao conceito de consciência e Derrida pela sua proposta de desconstrução da verdade dualista ocidental.

Mas encontramos em NIETZSCHE (In Barbosa, 2000) a oposição ao conceito de consciência na psicanálise e no marxismo, pois a noção de consciência "esteve intimamente associada, e até mesmo, identificada ao que vem a ser o próprio pensamento" (Barbosa, 2000, p.31).

Outro autor que questiona o modo de pensar de Marx, Freud e seus seguidores é DERRIDA (1975), para quem o pensamento filosófico no ocidente tem categorizado os fenômenos de forma diferencial ou oposicionalmente, não tendo utilizado a forma de oposição para diferenciar um fenômeno do outro. A tradição do pensamento ocidental privilegiou, além disso, um fenômeno em detrimento do outro atribuindo um valor central à um, e um valor periférico ao outro. Considerou um como sendo superior (primário e originador) e o outro inferior (secundário e derivativo) – ou, como diz Derrida, meramente suplementar.

Derrida e Nietzsche eram conscientes que nós somos prisioneiros da nossa perspectiva, e ambos prestavam atenção para a prática subversiva que reverte a perspectiva de alguém. Ambos revertem e re-revertem opostos tais como sujeito e objeto, verdade e erro, moral e amoral.

São estas contraposições e estes paradigmas que podem revelar relações de poder no próprio desenvolvimento do pensamento filosófico baseado em modalidades dualísticas do

tipo: bem/mal, moral/imoral, verdade/dogma, e que tendem a cristalizar o seu saber como dogma.

A partir destes autores e sua crítica à racionalidade e aos discursos de poder historicamente construído é possível construir novas relações, novas identidades, segundo uma ética, em meio a tantas que se constroem e se cristalizam, se desconstróem e re-significam, numa tentativa de satisfazer objetivos individuais e/ou coletivos.

É nesta tentativa de construção que surge um terceiro momento, o das possibilidades frente a uma realidade social.

A teoria crítica propôs uma série de alternativas sociais e "utopias" que foram frustrantes levando posteriormente a duas atitudes frente a luta política: uma hiper-crítica ou cética, onde seus defensores se afirmam contra as práticas passadas, numa postura de indiferença e descompromisso social; e a uma postura de tentativa de mobilização na defesa de uma ética não-mercantil e a busca de novas expressões de cidadania.

Valores e relações cooperativas são 'imorais' no sistema capitalista, são contrárias ao 'bem' e ao 'verdadeiro' do sistema. A identidade de cada grupo é construída pelos seus membros nas relações cotidianas, e nos basta questionar e desconstruir a lógica do capital, para que a interpretação da realidade seja instrumento de libertação das relações de poder, e instrumento na construção de uma nova identidade social.

Segundo Bourdieu (1998, p.19) "no momento em que as grandes utopias do século XIX revelaram toda sua perversão, é urgente criar as condições para um trabalho coletivo de reconstrução de um universo de ideais realistas, capazes de mobilizar vontades, sem mistificar as consciências). Sobre as perversões de cada radical, este mesmo autor questiona a "própria hipocrisia das racionalizações destinadas a mascarar os seus duplos critérios, ele tende a suscitar ou a justificar no seio dos povos árabes, sul-americanos, africanos, uma revolta muito profunda contra a razão, que não pode ser separada dos abusos de poder que se armam ou se baseiam na razão (econômica, científica ou outra). Esses 'irracionalismos' são em parte o produto do nosso racionalismo, imperialista, invasor, conquistador ou medíocre, limitado, defensivo, regressivo e repressor, segundo os lugares e os momentos. Também faz parte da defesa da razão o combate àqueles que mascaram sob as aparências da razão os seus abusos de poder, ou que se servem das armas da razão para fundamentar ou justificar um império arbitrário" (Bourdieu, 1998, p.31).

No nosso cotidiano estamos sempre acreditando em algo que ainda não aconteceu, Heller (1970, p.32) expõe que no cotidiano os juízos e pensamentos são muitas vezes

“projeções das aspirações e dos interesses de uma camada ou classe social” e neste sentido a fé e a confiança estão sempre presentes com sua função de mediação no cotidiano porque “os homens não podem dominar o todo com um golpe de vista em nenhum aspecto da realidade...[e como] na cotidianidade o conhecimento se limita ao aspecto da atividade, o espaço da fé e da confiança é inteiramente diverso” (Heller, 1970, p.33). Acreditamos que o médico sabe a doença que temos, que comer verdura faz bem para saúde, que a Terra gira ao redor do sol.

No cotidiano aceitamos idéias e verdades sem refletir e sem colocá-las em questão com as experiências que vivemos, depois de fazermos esta reflexão podemos ou não refutar tais idéias, a partir desta reflexão podemos diferenciar fé de confiança, pois para Heller (1970, p.34) “a confiança é um afeto do indivíduo inteiro e, desse modo, mais acessível à experiência, à moral e à teoria do que a fé, que se enraíza sempre no individual-particular”. Segundo a autora a fé e a confiança nos acompanham nas nossas atividades cotidianas e quanto mais problemática “a unidade de correto e verdadeiro” mais estes afetos estão presentes (Heller, 1970, p. 35).

O ser humano não pode ser completamente isolado e suas funções psicológicas dependem de suas relações com as demais pessoas. Atualmente somos levados a pensar como poderíamos melhorar nossa qualidade de vida, se nossos desejos pudessem modificar a realidade criaríamos uma ordem social que permitisse “uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado, e, de outro, as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo social” (Elias, 1994, p.17). Qualquer projeto ou solução que seja oferecida à sociedade deve levar em conta estes dois lados pois um não pode existir sem o outro. Indivíduo e sociedade, como unidade dialética, existem de um modo absolutamente desprovido de objetivo, mas onde as pessoas estabelecem a si mesmas diferentes objetivos.

Os indivíduos se relacionam com a sociedade, e esta relação parte/todo não é mais que uma forma de relacionamento, e como tal, bastante problemática; este todo social, repleto de contradições e tensões, certamente não tem uma forma perceptível e discernível (qual é a forma da sociedade atual?, e das relações?), é uma ordem invisível, cada pessoa está ligada a outras por laços invisíveis, e são a estas relações que chamamos sociedade.

Gilder (1982, p.26) afirma que “toda crença precede ao conhecimento, não se chega a um novo conhecimento sem um mergulho na hipótese”. Para criar algo totalmente novo, é preciso abandonar as crenças antigas e ter fé nas possibilidades das idéias novas, ou seja, “todo pensamento criativo exige um ato de fé” (Gilder, 1982, p.26). Mas tanto quanto é preciso

acreditar, é necessário estar aberto às respostas do mundo, das experiências e dos fatos, e dos paradoxos, o médico pode errar o diagnóstico, e só comer verdura não faz bem para saúde, mas se aprendermos a observar os astros podemos verificar que a Terra gira ao redor do sol. Heller (1970, p.35) diz que quando o juízo se baseia na confiança é possível abandonar idéias e modificar nosso juízo, mas quando se baseia na fé isto não ocorre, “os juízos que se baseiam na particularidade e, por conseguinte, na fé são pré-juízos ou preconceitos”. Mas estas ‘ultrageralizações’ e analogias que fazemos tem a função de não nos deixar parar face nosso pouco conhecimento do ‘singular’, mas quando já exerceram sua função e não são abandonadas, tornam-se prejudiciais e até catastróficas apesar de ser “característico da vida cotidiana em geral o manejo grosseiro do ‘singular’”(Heller, 1970, p.35), estas visões simplificadas precisam ser abandonadas para que não hajam cristalizações em absoluto.

A relação existente entre nossa fé e nossas relações é exposto por Laing (1982) como um dos fatores mais importantes pois diz respeito à confiança que uma pessoa é capaz de depositar naqueles com quem convive, e esta confiança é um aprendizado social, assim como a fé e as religiões, os costumes, fatores culturais e que caracterizam o homem tal qual ele é, ser humano, e também desumano.

Neste ponto ficamos entre a racionalidade impossível e a impossibilidade racional, a verdade universal e a última palavra a respeito do ser humano não será dita, a criação de uma possibilidade parte de uma crença a princípio irracional, impasse que leva a filosofar sobre as possibilidades do real, ou aquelas que possibilitamos que sejam reais dependendo do poder que delegamos ao factível, esta possibilidade de real por acontecer, por ser construída socialmente, já que somos reprodutores e criadores, mas sempre a procura de um ideal, de uma realidade, de uma verdade, de um fato, de uma sociedade, de um salário, de um outro, de uma Ética...

Em Dussel (1996) encontramos a afirmativa de que e preciso que o povo encontre uma Ética universal a serviço da libertação, pois “o bem do sistema é o bem do opressor, logo o opressor pode ser moralmente bom e eticamente perverso”, ou seja, e a Ética do capital que domina as relações sociais, colocando na ação capitalista o bem universal e aplicada na cooperativa como reprodução e tentativa de inserção social através de uma mesma moral dominante. Este é o perigo de não se estar atento para a construção das identidades e das relações sociais da cooperativa, pois entre os valores do cooperativismo esta o de construir relações entre sujeitos, e não simplesmente promover a inversão de lugar na relação de poder oprimido/opressor.

6. METOLOGIA DA PROPOSTA DO CURSO

6.1. Objetivo Geral

Atender a demanda de professores e profissionais envolvidos com a formação de cooperativas, oferecendo iniciativas, experiências e saberes a respeito do cooperativismo e sua repercussão na sociedade, finalizando com a produção de material para atendimento às cooperativas visando a superação das dificuldades encontradas em sua formação e inserção no mercado.

6.2. Objetivos Específicos

- O Estudo Jurídico das Sociedades Cooperativas, analisando suas características e problemas específicos;
- Análise das Teorias Econômicas, principalmente sobre a posição do cooperativismo e da economia solidária no sistema capitalista;
- Análise da administração das Sociedades Cooperativas e sua inserção no mercado;
- Análise da atividade educativa sob o enfoque emancipatório, assim como um estudo das diversas teorias a respeito de educação, formação, qualificação profissional e políticas públicas no Brasil;
- Análise do percurso do cooperativismo e os movimentos operários, suas origens e fundamentos ideológicos;
- Análise e compreensão do sentido dos direitos humanos e sua relação com o espaço da cidadania;
- Construção de um material para utilização na formação de cooperativas.

6.3. Carga horária: 450 horas, correspondente aos módulos optativos que podem ser cursados de forma independente e concomitante

Tipo Especialização - 450h

Tipo Aperfeiçoamento - 200h

Tipo: Extensão – 50h

6.4. Clientela Alvo:

Professores e profissionais envolvidos na formação de Cooperativas.

6.5. Número de Vagas:

66 vagas, sendo 06 isentas de inscrição e mensalidade para profissionais com vínculo na UFPR.

6.6. Seleção e Matrícula:

Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

Especialização e Aperfeiçoamento - Diploma de Graduação, Histórico Escolar, Carta de Intenção, *Curriculum Vitae*

Extensão - Histórico Escolar II Grau, Carta de Intenção, *Curriculum Vitae*

Obs.: Os alunos serão selecionados através de análise do *Curriculum Vitae*, e de uma entrevista a ser marcada após avaliação dos itens anteriores.

6.7. Cronograma de entrega dos materiais à Coordenação do Curso

DISCIPLINA	C.HORÁRIA	PERÍODO
Direito Cooperativo	50h	1º mês de março
Filosofia do Direito	50h	2º mês de abril
Sociologia	50h	3º mês de maio
Economia Solidária	50h	4º mês de junho
Metodologia da Emancipação Social	50h	5º mês de julho
Autogestão	50h	6º mês de agosto
Direitos Humanos e Cidadania	50h	7º mês de setembro
Produção de Materiais na Formação de Cooperativas	50h	8º mês de outubro
Metodologia Científica	50h	9º mês de novembro

6.8. Sistema de Avaliação

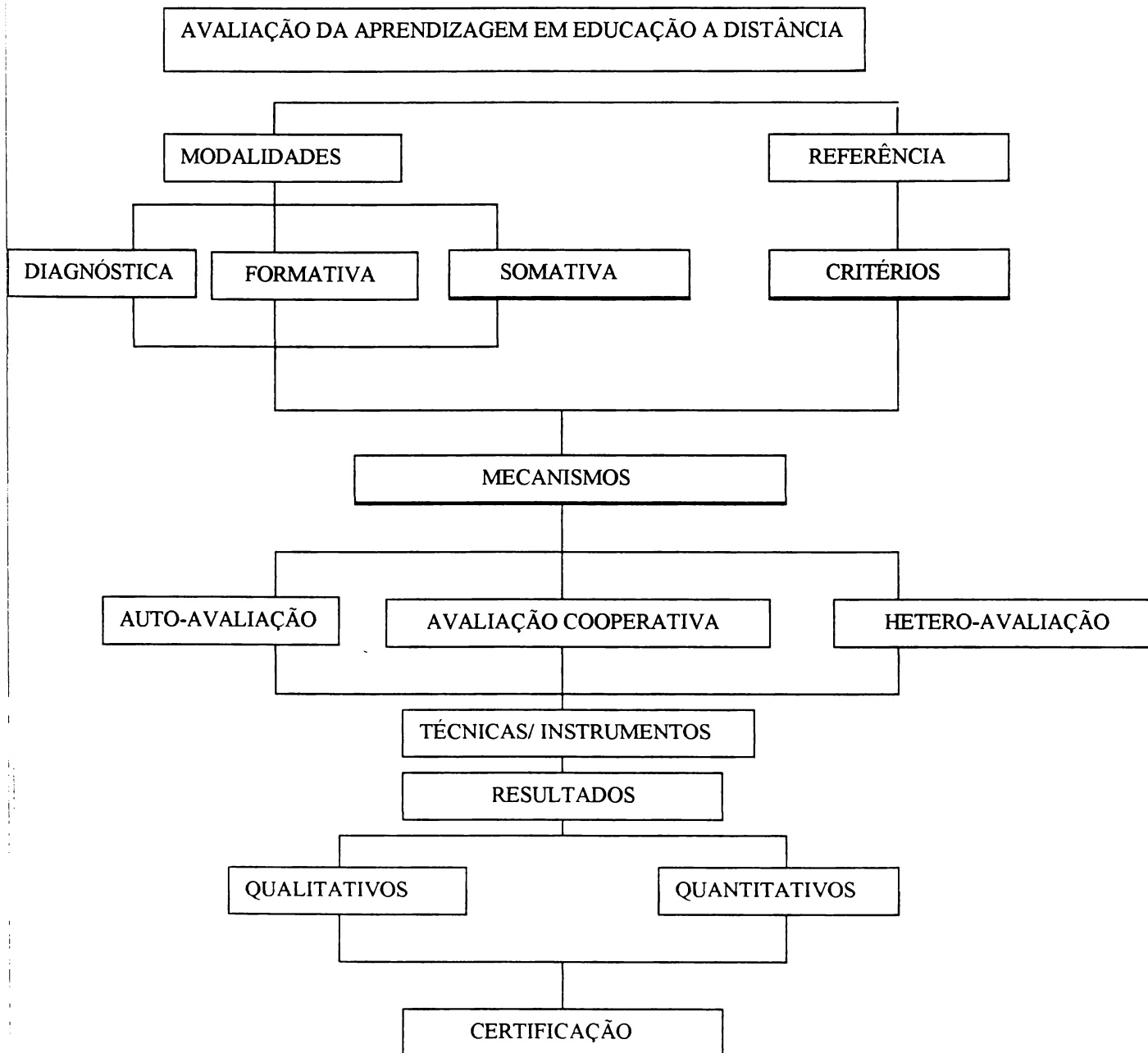
A avaliação tem função básica de subsidiar tomadas de discussões e não pode ser pensado, na educação, desvinculado de um projeto político pedagógico.

A avaliação deve ser compreendida como um processo sempre circunscrito no projeto e nas ações planejadas, pois é a avaliação que redefinirá o percurso frente às decisões tomadas e planejadas.

O processo avaliativo pressupõe não só o trabalho relativo a elementos estruturais e organizacionais do projeto de especialização dos professores, numa abordagem mais didático-pedagógico, mas também um trabalho relativo à dimensão dos aspectos políticos desse

processo de formação, permitindo analisar o impacto das ações desenvolvidas na realidade social concreta.

6.8.1 Modalidades de Avaliação



Segundo Esteves (em resenha produzida ao NEAD, 1999) “A avaliação da aprendizagem é um processo contínuo, dinâmico e sistemático, que implica julgamento, de acordo com padrões estabelecidos, com vistas a compreensão de dada realidade, buscando

oferecer mediação entre o existente e o almejado e propiciando o posicionamento quanto às direções a serem tomadas para o desenvolvimento do foco em estudo”.

A referencia pode se dar através de um projeto apresentado pelo aluno ao ingressar no curso, cujos critérios de avaliação podem ser: pertinência da temática proposta, coesão textual, aprofundamento das questões levantadas, pesquisas realizadas anteriormente; sendo que a partir da análise do projeto o aluno realizará um planejamento de estudo para o desenvolvimento de seu projeto durante a realização da monografia.

As modalidades de avaliação identificam a ocorrência ou não da aprendizagem, portanto e sua utilização deve adequar-se aos objetivos propostos, portanto propõem-se as seguintes avaliações no processo do curso:

Diagnóstica - É prospectiva, antecedente e antecipativa. Uma avaliação que se propõe a analisar as características de cada aluno e suas particularidades, cuja finalidade é identificar pré-requisitos ou falhas conceituais importantes.

Formativa – Esta é a avaliação mais importante na modalidade de educação a distância pois tem como finalidade o que está ocorrendo no processo de aprendizagem, é o *feedback* dado ao aluno no processo do curso, possibilitando a recuperação em cada estágio do processo ensino-aprendizagem. É nesta forma de avaliação que o tutor desempenha seu papel, sendo um dos atores da EAD, ele acompanhará o aluno e desempenhará seu papel, que sendo fundamental para a avaliação do aluno, registra os atendimentos prestados aos alunos e reúne a maior parte dos dados para avaliação formativa do aluno.

Somativa – Sendo retrospectiva e conseqüente, esta avaliação tem seu papel no processo ensino-aprendizagem da Educação a Distância, é realizada com a finalidade de classificação ao final de determinados períodos, deve ser presencial e de responsabilidade do professor, desde sua elaboração, na sua aplicação e na atribuição de notas. Tem em vista a promoção sucessiva do aluno, levando à certificação. Portanto, ao final do curso, será realizada uma produção individual e presencial na UFPR.

Mecanismos – O processo avaliativo pressupõe não só o trabalho relativo a elementos estruturais e organizacionais do projeto, mas também um trabalho relativo à dimensão dos aspectos políticos desse processo de formação, permitindo analisar, por exemplo, o impacto das ações desenvolvidas na realidade social concreta.

Auto-avaliação – o aluno evidencia seu crescimento, adquire uma compreensão significativa de seus avanços de acordo com os objetivos propostos pelo curso e por ele mesmo

ao ingressar no processo. O próprio aluno organiza seu trabalho, podendo ser organizado de forma que sua produção seja instrumento de auto-avaliação e contribua para a conclusão de seu trabalho final.

Avaliação Cooperativa – O objetivo desta forma de avaliação é promover e verificar: - a avaliação entre colegas, - a capacidade de criticar construtivamente, - o espírito de equipe, - a habilidade de avaliar com base em critérios. Para que possa ser promovida é necessário formar grupos de estudos entre os alunos que residem próximos uns dos outros, realizar seminários de apresentação de trabalhos, contatos periódicos entre os integrantes do grupo utilizando os recursos a disposição dos alunos (telefone, fax, correio eletrônico, ICQ, chat, fórum, etc.)

Hetero-avaliação – é a avaliação individual do aluno, prevê várias situações e várias técnicas e instrumentos de avaliação. Sua realização implica em atividades obrigatórias em cada módulo do curso, uma prova presencial de produção de paper e a monografia do curso.

Resultados – A hetero-avaliação é o resultado expresso em termos quantitativos, sendo que será representada por nota de 0 (zero) a 10 (dez), para cada módulo do currículo, para a prova final (paper) e a monografia do curso. A avaliação cooperativa e auto-avaliação será complementar, acrescentado na nota final os créditos de cada aluno de acordo com sua participação nos grupos, fóruns, e demais atividades em grupo.

Certificação – Será feita em função da resultante de um processo cumulativo de informações parciais sobre o rendimento do aluno, considerando o desempenho global.

6.8.2. A Função do Tutor na Avaliação da EAD

Como objetivo principal busca-se a autonomia, o respeito à liberdade e à razão. Um profissional com domínio de recursos, posturas, técnicas e métodos que levem o aluno a pensar, investigar e descobrir o mundo por si mesmo, a construir um conhecimento autônomo. E, ainda, que os mesmos adquiram novas habilidades sociais, incluindo a habilidade de comunicar e colaborar com colegas largamente dispersos, a quem podem nunca ter visto e também capazes de buscar o conhecimento por si mesmos, uma vez que o tenham aprendido a sistematizar o seu estudo/aprendizado no decorrer do curso.

A Educação tem como principal característica utilizar a mediação de algum tipo de meio de comunicação como apoio à ação do docente em sua interação pessoal e direta com o aluno, pois na educação a distância a interação do aluno com o professor é indireta e tem que

ser mediatizada pelos mais adequados suportes técnicos de comunicação, o que torna a EAD dependente da mediatização.

O perfil do professor de EAD estabelece-se no sentido de uma educação não – formal, aquela na qual a relação de ajuda deve estar presente e devem ser aproveitadas as experiências de que, através da troca e do enriquecimento interpessoal, os elementos crescem e adquirem posturas abertas diante dos fatos e das coisas acontecidas e observadas.

As intervenções do tutor, segundo Mariana Maggio (2001, p.98) “ devem ser fundamentalmente flexíveis e voltadas a revelar e favorecer modos de proceder reflexivos e fundados em conceituações teóricas consistentes”. O professor não deve ser aquele que ensina, mas alguém bastante seguro e aberto, capaz de levar o aluno a aprender, aprendendo com ele nessa relação.

Deve existir na personalidade do professor grande sensibilidade e receptividade para com o outro, não há uma receita pronta para que alguém se ajuste em EAD, são necessárias algumas qualidades, como o interesse pelo trabalho, a consciência clara do poder da educação como meio transformação do ser humano, material instrucional utilizado, sobretudo, a eterna certeza de que há sempre mais e mais a aprender, não somente no nível cognitivo, mas também no afetivo, emocional, social e cultural.

O profissional de EAD precisa estar preparado para enfrentar as transformações tecnológicas e os alunos precisam estar prontos a aceitar que o papel do educador não é mais o de único transmissor do conhecimento, mas que ele também está envolvido no centro das transformações. O professor-tutor terá que saber trabalhar, observar, quando ministrar suas aulas e fazer uso de instrumentos (equipamentos informatizados), e se este instrumento está sendo proveitoso para sua clientela.

O professor tutor é um intermediário entre o professor do curso e os alunos. Atende aos dois pois sua função é informar e assessorar os estudantes sobre como podem realizar seus trabalhos, oferecendo-lhes um ponto de vista crítico dos materiais do curso. Os alunos podem ter dificuldade em : não conhecer materiais de aprendizagem, não conhecer os métodos de estudo, não saber identificar e nem explicar as atividades. Os tutores, conhecendo estas atividades e acompanhando o professor especialista, podem ajudá-los e devem estar constantemente em contato com os alunos, professores e entre si. O tutor deve promover a comunicação entre os diferentes profissionais da EAD.

Segundo o Boletim n. 8 da Unicamp, em estudo Web realizado por Noriko Hara e Rob King, as frustrações dos alunos da EAD são inter-relacionadas em três fontes: falta de feedback imediato, instruções ambíguas dos instrutores e problemas técnicos.

Isto nos leva a concluir que, aparentemente mais fácil, um curso na modalidade de educação a distância deve estar constantemente procurando soluções para atender a demanda dos alunos. Muitos pesquisadores defendem a aprendizagem ativa, princípios centrados no aprendiz, o uso eficaz da tecnologia e a aprendizagem colaborativa; estas são algumas soluções que procurou-se inserir na elaboração deste curso.

Segundo María Moliner (1997) tutor é “ guia, protetor ou defensor de alguém em qualquer aspecto”. Na idéia do papel do professor tutor está implícita a metodologia utilizada pelo mesmo no contato com o aluno, na descrição de Moliner sua função é restrita. Segundo Mariana Maggio (2001) o tutor conhece suas alternativas frente às questões dos alunos, e tem autonomia para escolher conscientemente como atendê-las :

“a) não as responder; b) dar respostas pontuais às perguntas formuladas; c) explicar os fundamentos das respostas; d) remeter aos textos ou às fontes bibliográficas; e) sugerir aos alunos que comparem suas perguntas e as categorizem; f) analisá-las como interrogações – quais entre os pressupostos que envolvem são centrais para a disciplina em questão, que concepções prévias puserem em jogo, que erros de compreensão; g) sugerir estratégias para a abordagem de questões – análise das perguntas, formulação de hipóteses acerca de possíveis respostas, consulta a fontes, comparação de materiais diversos, busca de fontes alternativas de informação, etc.; h) reformulá-las, colocando questões mais autênticas no marco da disciplina, mais inclusivas ou mais complexas do ponto de vista cognitivo.”

6.8.3. Comunicação entre professores e alunos

E para atender as necessidades de comunicação os meios utilizados serão aqueles que os alunos tem mais familiaridade e encontram a disposição para seu uso. Portanto antes de iniciar o curso será realizado com os alunos matriculados uma pesquisa para avaliação diagnóstica. Podendo ser utilizados os seguintes meios de comunicação:

Uma das características mais marcantes de cursos a distância é a necessidade de suprimir a distância geográfica e temporal entre alunos e professores, uma das maiores necessidades é se quebrar o isolamento imposto, mas que pode ser vencido através do uso criativo de diversas estratégias de comunicação.

É possível a educação a distância utilizando os avanços tecnológicos, pois estes colocam a nossa disposição diversos meios que permitem diferir em tempo/espaço a emissão e a recepção das mensagens pedagógicas, com o objetivo de compensar os obstáculos de tempo e espaço.

A seleção dos recursos tecnológicos que apoiarão o curso deve ser baseada, além de sua adequação ao planejamento pedagógico, na identificação do público alvo envolvendo um diagnóstico de sua realidade sociocultural, e perfil educacional. “Não se pode esquecer – como já foi observado anteriormente – que os alunos tem limitações no acesso aos recursos tecnológicos, quer por razões pessoais, quer das instituições de que fazem parte.

Não se pode deixar de insistir, porém, nos dias atuais, no uso e na expansão dos meios informáticos e televisivos, lembrando sempre, porém, da dificuldade ou da impossibilidade pessoal de o aluno ter tais meios à sua disposição, já por suas condições financeiras, já porque as instituições/empresas ainda não se abrem, como desejável, a oferecer a seus empregados acesso aos computadores, vídeos, Internet, etc.” (LANDIM, 1997).

Somente uma pesquisa diagnóstica, relativa ao perfil da clientela e à realidade que está inserida, permitirá a escolha adequada da modalidade de comunicação que embasará o processo ensino-aprendizagem, a ser aplicado, e da modalidade de comunicação que terá prevalência sobre as demais.

A mídia impressa tem sido privilegiada como o eixo gerador do conhecimento curricular em EAD, enquanto outras alternativas de comunicação podem ser combinadas como fonte suplementar de apoio ao aprendizado e a comunicação. O material impresso tem sido mais frequentemente utilizado como recurso didático central pela maioria dos programas de EAD, por diversas vantagens tais como baixo-custo, facilidade de acesso e de manuseio pelo aluno.

A combinação de vários meios num uso coordenado, onde cada um contribui de uma tal forma que torne o processo de aprendizagem e de interação do aluno mais efetivo e consistente. Para tanto um cuidadoso planejamento do material didático seria necessário : material impresso como fonte central e geradora do conhecimento curricular, livros-texto, guias de estudo, e textos de apoio, que podem ser veiculados em diferentes canais de suporte a comunicação sejam eles escritos, de áudio, vídeo ou computacionais, tais como jornais, revistas, textos na Internet, CD-ROMs, vídeo educativo.

A comunicação será feita através de canais ou meios em que se apoiará o sistema.

Os sistemas de EAD podem utilizar os seguintes meios:

Material impresso: unidades didáticas, módulos de aprendizagem, guias de curso, guias de orientação didática, cadernos ou módulos de avaliação, adendas de ampliação ou complemento, circulares; ou através de fax o envio de informações de pequena extensão. O uso de correio eletrônico para comunicação com os alunos, para tutoria e controle acadêmico, enviando informações assim como a utilização de listas de discussão, fóruns, chats, etc.

Material audiovisual: telefone, diapositivos, cassetes, vídeo, rádio, televisão, slides, etc.

Material informático: softwares específicos, CD-ROM, hipermídia

Material Online: material didático em hipertexto, correio eletrônico, ferramentas Web.

(Landim, 1997, p.41)

O planejamento dos recursos didáticos deverá prever os momentos a distância e presenciais, através de um texto-base do conteúdo disciplinar e um guia de estudo contendo todas as informações sobre a disciplina e a natureza das atividades a serem desenvolvidas, além, é claro, das orientações sobre o uso dos meios de comunicação escolhidos e seus protocolos para agendamento da orientação tutorial e outros eventos acadêmicos.

Os meios de comunicação devem ser utilizados de forma integrada, cada profissional privilegia um meio de acordo com sua prática e preferência, mas é preciso estar atento à sua eficácia, pois por mais eficiente que seja o material, o aluno deve estar identificado e conhecer o meio de comunicação utilizado, pois do contrário sente-se inibido e isolado.

6.9. Legislação

A partir de 1996 a modalidade de educação a distância passa a ser uma estratégia de democratização da educação.

1– Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece em seu artigo 80 a regulamentação da EAD;

2– Decreto n. 2494 de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o art. 80 da lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências, integra a EAD ao projeto pedagógico da sociedade brasileira;

3– Portaria n. 301 de 07 de abril de 1998, o Ministro da Educação e do Desporto traz a regulamentação relacionada aos critérios de credenciamento das instituições e o conteúdo das informações que deve acompanhar a solicitação de credenciamento, assim como o andamento do processo de credenciamento para cursos de graduação e de educação profissional de nível

tecnológico, devem atender às disposições da lei e serão avaliadas cinco anos depois para credenciamento.

4- Decreto n. 2561 de 27 de abril de 1998, regulamenta o disposto no artigo 80 da lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996, delegando competência ao Ministro do Estado da Educação e do Desporto para promover os atos de credenciamento;

5- Instrução normativa n.1 de 15 de janeiro de 1997, norma que regula o estabelecimento de convênios cujos objetos sejam a execução de projetos e dá outros encaminhamentos e providencias;

6- Resolução n. 94/94 – CEPE, normatiza os cursos de especialização e aperfeiçoamento na UFPR, sendo complementado pela resolução n.66/95 (CA)

7- Resolução n.03/99 – CES, fixa condições de validade para certificação dos curso de especialização e carga horária mínima de 360 horas;

8- Resolução n.01/99 que estabelece o Regimento Interno do NEAD, regulamentação de funcionamento do Núcleo de Educação a Distância

9- Regimento Interno da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas populares, que entrou em vigor em 29 de abril de 1999.

Após firmado o convênio para criação do C. A . deverão ser obedecidos os encaminhamentos para as instancias da UFPR, como o convênio que será encaminhado à Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças/ Unidade de Controle e Acompanhamento de convênios; e a aprovação da proposta pelo CEPE.

6.10. Estratégias

- Reuniões com:
 - Coordenador de pós-graduação do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR;
 - Coordenadora do Núcleo de Educação a Distância da UFPR;
 - Professores envolvidos com a formação de cooperativas;
- Parcerias com demais entidades interessadas na oferta do curso;
- Elaboração de convênio NEAD/UFPR e C.A . do Setor de Ciências Jurídicas, atendendo aos requisitos para realização do convênio como estabelecer os objetivos e as obrigações de cada parte;

- Encaminhamentos para formalização do Curso nas instancias da UFPR;
- Confecção de folders para divulgação do curso nos meses de maio e junho;
- Levantamento de professores e tutores envolvidos com projetos sobre cooperativismo.

6.11. Programação das Atividades

- Agosto – reuniões com coordenadores, professores e demais envolvidos
- Setembro – Programação das especializações e aperfeiçoamento aos profissionais envolvidos com a oferta do curso, para que em agosto de 2002 seja iniciado o primeiro módulo do curso.
- Outubro a Dezembro – encaminhamento da proposta nas instancias da UFPR.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto se preocupa em construir uma relação teórico-prática e desenvolver uma abordagem sistemática no tratamento de questões recorrentes no processo de formação de grupos cooperativos. Esta questões tem levado muitas vezes ao impasse e subsequente perda de credibilidade do grupo nos princípios cooperativos, resultando em desagregação no grupo e na frustração de iniciativas e esforços de seus membros em trabalhar cooperativamente. Este processo pode ser evitado uma vez que se identifique os elementos causadores dessa desagregação e passemos a interpretá-los, analisá-los e questioná-los. Este estudo espera poder contribuir no sentido de ampliar a discussão para níveis paradigmáticos e filosóficos que estão na base da formação de uma identidade cooperativa coesa e participante e estará presente em todas as fases de execução do Projeto Técnico do Curso de Direito Cooperativo, através de núcleos de pesquisa, publicações científicas, projetos de extensão e participações em encontros e congressos.

Procura-se com isso contrapor as idéias pessimistas de que os movimentos sociais não são efetivos e nem viáveis. Outra crítica também contraposta neste estudo parte da visão de que os movimentos sociais cristalizam-se no bojo de um discurso dogmático e autoritário, similar ao capitalismo defendendo seus interesses.

Para tanto, torna-se necessário o tratamento dos conceitos de identidade e subjetividade que restituem o espaço da ambigüidade como elemento necessário para a construção de novos saberes.

8. BIBLIOGRAFIA

- ALONSO. Multimídia . Organização do trabalho docente e política de formação de professores. In POLAK & MARTINS. Fundamentos e Políticas de Educação e seus Reflexos na Educação a Distância. Curitiba: NEAD, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. Ed., São Paulo: Cortez, 1997.
- ARETIO, L. G. La educación a Distancia y la UNED. Madrid. Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1996.
- BARBOSA, Marcelo Giglio. Crítica ao conceito de consciência no pensamento de Nietzsche. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2000.
- BION, W. R. Os elementos da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BLEGER, J. Psico-higiene e Psicologia institucional.
- BOFF, Leonardo. Saber cuidar, Ética do humano – compaixão pela terra. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOLETIM n. 8. Em estudo Web realizado por Noriko Hara e Rob King, Unicamp, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A economia e as trocas simbólicas. 2ª ed., São Paulo: EDUSP, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Contrafogos, táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BRONNER, Stephen Eric. Da teoria crítica e seus teóricos. São Paulo: Papirus, 1997.
- BURITY, Joanildo A. Identidade E Cidadania: A Cultura Cívica No Contexto De Uma Nova Relação Entre Sociedade Civil, Indivíduos E Estado. Texto Didático n.º: 14 - 19/12/2000. Curso: Teoria do Estado e da Constituição, UFRJ/CCJE - Faculdade Nacional de Direito, 2000.
- BUTLER, Judith. Gender Trouble. N.Y.: Routledge, 1990.
- CESAROTTO, O. & LEITE, M.P. de S. O que é Psicanálise? 2ª visão. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1984.

- CHAUI, Marilena. Convite a filosofia. 7ª ed. São Paulo: Editora Atica, 1998.
- CHAUI, Marilena. O que é ideologia. 21ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CHIZZOTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 3. ed., São Paulo : Cortez, 1998.
- DEMO, Pedro. Charme da Exclusão Social. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.
- DEMO, Pedro. Conhecimento moderno – sobre Ética e intervenção do conhecimento. 3ª ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- DERRIDA, Jacques, Posições. Semiologia e materialismo, Lisboa, Plátano Editora, 1975.
- ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994
- ESTEVES, A . Avaliação da Aprendizagem em EAD (resenha produzida ao NEAD), 1999.
- FERNANDES, F. & Colaboradores. Habermas. 3ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1993.
- FERREYRA, Erasmo N. A linguagem oral na educação de adultos Porto Alegre: Editora Arte Medicas, 1998.
- FOUCAULT, Michael. A ordem do discurso. Coleção Leituras Filosóficas, 6ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 14ª ed., Rio de Janeiro: Edições GRAAL Ltda., 1999.
- FREIRE, Paulo. Cartas a Guine-Bissau. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia – saberes necessários a pratica educativa. 15ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FREUD, S. (1929) Mal-estar na civilização. In: _____ Op. cit. v. XXI
- FREUD, Sigmund. (1914) Recordar, Repetir e Elaborar. In: _____ Op. cit. v. XII, pg. 163-174.
- GAIARSA, J. A. O espelho mágico - Um fenômeno social chamado corpo e alma. Rio de Janeiro: Vozes, 4ªedição, 1976.

GEDIEL, A. Apresentação do Curso de pós-graduação em Direito Cooperativo da UFPR. Curitiba: UFPR, 2000.

GILDER, G. A. Necessidade de Fé. Revista Diálogo, n. 1, vol. 15, Rio de Janeiro, 1982.

GOHN, Maria da Gloria. Educação não-formal e cultura política. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

GRINBERG, L. [et al.] Introdução às idéias de Bion. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

HABERMAS, Jurgen. Conhecimento e interesse. São Paulo: Zahar Editores S.A., 1982.

HEGEL, G.W.F. Introdução à história da filosofia. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural,, 1974.

HELLER, A. O Cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

ITCP/RJ – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Ossos do ofício – cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro: Finep, 1998.

KAËS, R.... [et al.] A instituição e as instituições. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991

KOLAK, Daniel & MARTIN, Raymond. Self e Identity: Contemporary Philosophical Issues. New York: Macmillan, 1990.

KRISCHKE, Paulo J. O contrato social – ontem e hoje. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

KRUPPA, S. O processo de formação/ metodologia (circulação interna) ITCP-USP, 2000.

LACAN, J. Seminário 11 Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pg. ?.

LACAN, J. Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LAING, R.D. O eu e os outros. Petrópolis: Vozes, 5ªedição, 1982.

LANDIM, Cláudia Maria das Mercês Paes Ferreira, Educação a Distância: algumas considerações, Rio de Janeiro: [s.n.], 1997

LANE, S.T.M. O que é psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 17ªedição, 1991.

LAPLANCHE E PONTALIS. Vocabulário da Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LOBO, F.S. Educação a Distância: regulamentação. Brasília: Plano, 2000

MARTINS & ANTUNES DE SÁ. Políticas e Fundamentos em Educação a Distância. In Curso de Especialização para Formação de Professores em EAD, Curitiba: UFPR, 2001.

MARX, K. S. ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

MORAES & SANTOS. Aprendizagem, tecnologia, educação e sociedade tecnológica In POLAK & MARTINS. Fundamentos e Políticas de Educação e seus Reflexos na EAD. Curitiba: NEAD, 2000.

MOSCOVICI, Serge. Introduccion: el campo de la psicologia social. Barcelona: Ediciones Pardos, 1934.

NETO, Luiz Bezerra. Sem-terra, aprende e ensina – estudo sobre as praticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Editores Autores Associados, 1999.

NIETZSCHE, F.W. Além do Bem e do Mal- Prelúdio a Uma Filosofia do Porvir. Traduzido por Paulo José de Souza. São Paulo, Cia das Letras, 1996. 271p.

NIETZSCHE, F.W. Ecce Homo- Como Alguém se Torna o que é. Traduzido por Paulo José de Souza. São Paulo, Cia das Letras, 1995. 153p.

NIETZSCHE, F.W. O Nascimento da Tragédia ou Helenismo e Pessimismo. Traduzido de Die Geburt der Tragödie oder Griechtum und Pessimismus por J. Guinsburg. São Paulo, Cia das Letras, 1992. 177p.

OSÓRIO, L.C. Processos obstrutivos nos sistemas sociais, nos grupos e nas instituições In Como trabalhamos em grupos, est:ed, ano, p.69 a 74.

PECHEUX, Michel. O discurso – estrutura ou acontecimento. 2ª ed., Campinas, SP: Pontes, 1997.

POERNER, Arthur José. Identidade cultural na era da globalização: política federal no Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

RAJ, Paulo Pavarini. Formação do professor e a ead: do papel à internet, texto não publicado, 2001.

RATNER, Carl. A psicologia sócio-histórica de Vygotsky – aplicações contemporâneas. Porto Alegre: Editora Artes Medicas, 1995.

RIGOTTO, R. M. O homem e o trabalho. In: ROCHA, L. E.; RIGOTTO, R. M. ; BUSCHINELLI, J. P. (orgs.). Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil. São Paulo: Vozes, 1994, cap. 2, p. 25-32.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio Janeiro: Edições GRAAL Ltda., 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza. O discurso e o poder – ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1998.

SANTOS, Boaventura dos Santos. Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade. 3ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 1997.

SCANNONE, J. C. Teologia e Política. O atual desafio levantado pela linguagem teológica latino-americana de libertação. Fé cristã e transformação social na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1977.

SHEER, Sérgio, Multimeios em EAD, In Educação a Distância: um debate multidisciplinar, Martins & Polak & Sá (org.). Curitiba: UFPR, 1999.

SOARES, José A. & CACCIA-BAVA, Silvio (orgs.) Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

SOARES, Laura Tavares. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

SPOSATI, A. ; FALCAO, M. do Carmo & FLEURY, S.M.T. Os direitos (dos desassistidos) sociais. 3ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 1999.

WANDERLEY, Mariangela B. Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade. 2ª ed., São Paulo: Editora Cortez, 1998.